EDITAL DE COMUNIQUE-SE (SISACOE)

OS ABAIXO RELACIONADOS DEVERAO COMPARECER EM ATE **30 (TRINTA)** DIAS CORRIDOS OU; **60 (SESSENTA)** DIAS CORRIDOS PARA O AUTO DE REGULARIZACAO **(ANISTIA) - LEIS 11.522/94 OU 13.558/03 ALTERADA PELA LEI 13876/04**, A PARTIR DA DATA DESTA PUBLICACAO.

GABINETE DO SECRETARIO

PROCESSO SQL/INCRA NOME

2003-1008920-0 0017424000011-1 9 IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS
2003-1017580-8 0006624100631-1 3 BANCO BRADESCO S/A
2003-1037280-8 0001610600053-1 7 LUIZ CARLOS PREGION NOVO
2003-1038087-8 0011336900503-1 5 KIYOTERU YONAMINE
2003-1043026-3 0006410400063-1 1 ASSOCIACAO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO
2004-1013949-8 0011636301028-1 1 MITRA ARQUIDIOCESANA DE SAO PAULO
2003-1044265-2 0002407201027-1 2 ANTONIO GANDRA C. FERREIRA
2003-1046300-5 0009528700411-1 1 COPAGAZ DISTRIBUIDORA GAZ
2003-1047475-9 0004304600478-1 5 SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL-SENAI

COORDENADORIA EDIFIC. USO RESIDENCIAL - SEL/RESID

PROCESSO SQL/INCRA NOME

2013-0372765-6 0008710500049-1 2 BRASILWAGEM COMERCIO DE VEICULOS S/A
2014-0052838-7 0012409400298-1 1 ALEXSANDRO MOREIRA DA SILVA
2014-0177853-0 0003709700418-1 6 CHEQUER CHEQUER CONSTRUCOES
2015-0170016-9 0012306900875-1 1 MEULAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
2014-0205143-0 0001502500639-1 1 JOAO FREDERICO PARETO CONRADO

COORD.EDIF.SERVICO E USO INSTITUCIONAL - SEL/SERVIN

PROCESSO SQL/INCRA NOME

2009-0158103-4 0013446800246-1 9 NILTO DA COSTA
2015-0317493-6 0009901600146-1 4 ANGULO ES SEIBEL EMPREED. IMOBILIARIOS
2016-0277172-0 0000900500778-1 3 INTERATIVA CONSULTORIA E ADMINISTRACAO LTDA
2017-0046101-6 0002005000140-1 6 SINDICATO DOS AUX. ADM. ESCOLAR DE SAO PAULO
2017-0020036-0 0008558901791-1 9 RENATO MAGNANINI AURIEMO
2013-0102787-8 0017001500207-1 1 OVIDIO ROTGER ARMELIN

COORD. EDIF. USO COMERCIAL E INDUSTRIAL - SEL/COMIN

PROCESSO SQL/INCRA NOME

2008-0009421-9 0001910501271-1 1 ITAVEMA ITALIA VEICULOS E MAQ. LIMITADA
2017-0079187-3 0003613605260-1 11 CLAUDIO BAIDA
2017-0033671-8 0005426005028-1 17 INTERPRIME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA
2017-0023071-5 0018401700026-1 12 INBRANDS S.A.
2017-0019780-7 0030104900072-1 23 IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A

PROCESSO SQL/INCRA NOME

2015-0004532-9 0017806500021-1 3 RHAZ INTERMED., COM. E DISTRIB. DE PROD. DE TECNOL
2015-0234005-0 0006718600474-1 1 EDIM COMERCIAL E IMOBILIARIA LTDA
2017-0015701-5 0016317301300-1 1 JOAO ALFREDO DA SILVA
2017-0084570-1 6383580074470-2 1 ASSOCIACAO DE ACAO SOCIAL E CID.FAMILIA E LUZ
2016-0202536-0 0006107800352-1 1 JOSE AMARILDO FERREIRA BASTOS
2015-0276657-0 0007112400139-1 1 MARCELO PASQUALE DE ALMEIDA SACCO

COORD.ATIV. ESPECIAL E SEGURANCA DE USO - SEL/SEGUR

PROCESSO SQL/INCRA NOME

2004-0186966-7 0030004402364-1 1 ZOPONE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA
2008-0216076-6 0000703300253-1 1 CONSELHO REG.DE ENFERMAGEM DE SP
2012-0086379-4 0016909000608-1 4 COLEGIO ANALISE SC LTDA
2012-0101087-6 0008223000717-1 4 CENTRO AUTOMOTIVO MEGADELTA LTDA
2012-0196537-0 0008009301256-1 11 ASSOCIACAO EDUCACIONAL ESCOLAPIA FEMININA
2013-0023588-4 0008223000717-1 5 CENTRO AUTOMOTIVO MEGADELTA LTDA
2017-0103259-3 0008222300024-1 70 SALT CONTEUDO ARTISTICO LTDA EPP
2017-0101388-2 0011830601910-1 2 JDS PRODUCOES E EVENTOS LTDA
2017-0098810-3 0011135800323-1 7 RODRIGO DE LIMA NERES SHOW - EPP
2017-0098158-3 0012312800011-1 163 BROOKLYN DC COMUNICACAO LTDA - ME
2017-0094705-9 0008731401708-1 693 B N PINHEIRO TREINAMENTO E MARKETING - ME
2017-0094416-5 0008731401708-1 696 ZERO A ZERO PARTICIPACOES E EVENTOS LTDA
2017-0094416-5 0008731401708-1 696 ZERO A ZERO PARTICIPACOES E EVENTOS LTDA
2017-0082664-2 0008128500791-1 8 IGREJA EVANGELICA DE PINHEIROS
2017-0066387-5 0006307708204-1 58 ATACADAO S/A
2017-0066383-2 0006307708204-1 57 ATACADAO S/A
2017-0034401-0 0030105400545-1 30 LOCAWEB SERVICOS DE INTERNET S.A
2017-0030521-9 0006314201020-1 9 AUTO POSTO PACIFIC I LTDA
2017-0030521-9 0006314201020-1 9 AUTO POSTO PACIFIC I LTDA
2017-0006129-8 0008901000423-1 9 POSTO SUPER CHECK-IN LTDA
2017-0005821-1 0007013401013-1 7 JARDIM FRANCA POSTO DE SERVICOS E CONVENIENCIAS LT
2016-0212896-7 0008604000097-1 9 AUTO POSTO JOCAR LTDA
2016-0211563-6 0008530000404-1 23 AUTO POSTO PORTAL DE SANTANA LTDA
2016-0201854-1 0005821200431-1 25 POSTO DE SERVICOS VERA CRUZ RADIAL LTDA
2016-0173329-8 0010209400012-1 2 CLAUDIO RODRIGUES
2016-0149718-7 0004533100066-1 23 COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO
2016-0098969-8 0004214806832-1 8 COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO
2015-0253306-1 0004207700218-1 35 ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E CULTURA
2015-0239896-2 0015107500829-1 7 PATRICIA PELIZZARI
2015-0145271-8 0004108300238-1 20 AUTO POSTO DUQUE MOEMA LTDA
2014-0319788-8 0001901200752-1 6 ROSSET & CIA LTDA
2014-0276523-8 0006816400461-1 4 AUTO POSTO JULIO BUONO LTDA
2014-0207192-9 0007304701307-1 3 EDIFICIO EMPRESARIAL BRASILIA CENTER
2014-0195461-4 0004112304544-1 2 CONDOMINIO EDIFICIO CONTEMPORARY TOWER
2014-0130552-7 0002009513819-1 131 TATALIS PRODUCOES E PROMOCOES ARTISTICAS S/S LTDA.
2014-0090385-4 0005402904804-1 5 GISLENE MOCHO CRUZ LEITE
2013-0172814-0 0007611103148-1 4 SOCIEDADE CIVIL DE ENSINO PIAGET SS LTDA EPP
2013-0351871-2 0000909501459-1 13 BC OFICINA DE NEGOCIOS LTDA

COORDENADORIA DE ATIVIDADE ESPECIAL E SEGURANÇA DE USO

SEGUR-2

INTIMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS OU SERVIÇOS I.E.O.S. MANUTENÇAO.

pela presente, fica v.sa . intimado a executar as obras e serviços relacionados abaixo, nos prazos fixados por contru-manutenção conforme o artigo 11 do decreto 32.963, de 15 de janeiro de 1993, os quais serão contados a partir da data de publicação desta intimação no diário oficial do município. o não cumprimento desta intimação pela inexecução de obra e/ou serviço no término do prazo fixado acarretará na cessação da validade do documento municipal comprobatório do atendimento das normas de segurança de uso, conforme artigo 5 do decreto 17.216 de 9 de março de 1.981.

00095/SEL/SEGUR-2/2017-2013-0.199.173-9- TEREZA ARTIGAS LARA LEITE RIBEIRO; R QUINTINO BOCAIUVA, 00018 - A 30 - CENTRO; 30 DIAS.

SEGUR-2

INTIMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS OU SERVIÇOS-SEGUR-2

Pela presente, fica V.Sª intimado a executar as obras e serviços relacionados, conforme Lei nº 11.345, de 14 de abril de 1993. O não cumprimento desta intimação para obras e/ou serviços no término do prazo fixado acarretará em multa mensal, até a comprovação de adequação, conforme Artigo 6 da Lei nº 11.345, de 14 de abril de 1993.

00033/SEL/SEGUR-2/2017-2014-0.187.269-3- CONDOMINIO EDIFICIO PAULISTA POINT; AL JAU, 01905 - ED PAULISTA POINT; 360 DIAS.

00125/SEL/SEGUR-2/2017-2015-0.200.053-5- ASSOC MADRE CABRINI DAS IR MISS SAGRADO CORACAO DE JESUS; R MADRE CABRINI, 36 - VILA MARIANA; 360 DIAS.

00127/SEL/SEGUR-2/2017-2013-0.048.674-7- INST. DE PESQUISAS E PROJETOS EM EDUC. COMECINHO DE VIDA; AL DOS TUPINIQUINS, 00969 - INDIANOPOLIS; 360 DIAS.

00131/SEL/SEGUR-2/2017-2015-0.162.572-8- FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS EDUCACIONAIS LTDA- FMU; AV BRIG LUIS ANTONIO, 1089 - BELAVISTA; 180 DIAS.

00133/SEL/SEGUR-2/2017-2013-0.268.932-7- BSS SERVICOS DE BLINDAGEM LTDA - EPP; R SANTO EURILO, 000136 - 140 - JAGUARE; 180 DIAS.

SEGUR-2

INTIMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS OU SERVIÇOS-SEGUR-2

Pela presente, fica V.Sa. Intimado a Executar as Obras e Serviços relacionados , nos prazos fixados pelos Peritos no cronograma fisico-financeiro que integra o L.T.S. referente a Edificação acima e aceitos por este Departamento, os quais se contarão a partir da data de publicação desta Intimação no D.O.C.. O não cumprimento desta Intimação pela Inexecução de cada Obra ou Serviço no termino do prazo parcial fixado no cronograma fisico-financeiro, acarretará a não expedição do Documento Municipal comprobatório do atendimento das normas de segurança bem como a aplicação da seguinte penalidade: Multa no valor constante do quadro IV anexo a Lei 9.433 de 01 de abril de 1982.

00092/SEL/SEGUR-2/2017-2012-0.063.572-4- EDIFICIO ATRIUM VI.COM; R GOMES DE CARVALHO, 01510 - VILA OLIMPIA; 360 DIAS.

HABITAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

6ª GESTÃO

Data da Reunião: 27 de abril de 2017

Local: Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – Auditório da Sala 182 – Centro – SP

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano 2017, às 14h, nas dependências do Edifício Martinelli, 18º andar, auditório da sala 182, Rua Líbero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação – 6ª Gestão 2016/2018, conforme lista de presença, os (as) Conselheiros (as) do Poder Público: Gilmar Souza Santos (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Cristiane Dutra Nascimento (Conselheira Poder Público/SEHAB); Ricardo Rodrigues (Conselheiro Poder Público/SEHAB);José Amaral Wagner Neto (Conselheiro Poder Público/SEHAB); José Toledo Marques Neto (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Regina Helena Nader (Cons. Poder Público/Sec. Mun. Urbanismo e Licenciamento); Edson Aparecido dos Santos (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Luiz Antônio Carvalho Pacheco (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Mariana Sucupira Gomes (Conselheira Poder Público/Sec. Municipal de Gestão); Rosa Maria Miraldo (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Vladimir Ávila (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Carlos M. Kiyomoto (Cons. Poder Público/Sec. Mun. de Trab. e Empreendedorismo); Maria Isabel Rodrigues Paulino (Conselheira Poder Público/PROCENTRO); Luís Octavio da Silva (Conselheiro Poder Público/PROCENTRO); Roberto Lucca Molin (Conselheiro Poder Público/Sec. de Habitação de SP); Mônica Therezinha Barthié Rossi (Conselheira Poder Público/CDHU) e Fernando Augusto Marques Cera (Conselheiro Poder Público/CEF). Conselheiros (as) dos Movimentos Populares: Mariza Dutra Alves (Cons. Mov. Pop./Mov. Dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1); Antônia L. do Nascimento (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Mor. do Conj. Hab. 26 de Julho); Maria Barbosa Rastelle (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Moradia Região Sudeste); Maria dos Santos Almeida (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Mor. Região Sudeste); Ana Paula da Silva (Cons. Mov. Populares/Assoc. Trab. Sem Teto Zona Noroeste); Edinalva S. Franco (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Mor. em Def. dos Dir. Sociais); Péricles de O. Santos (Cons. Mov. Pop. /Assoc. Mov. Mor. em Def. dos Dir. Sociais); Manoel dos S. Almeida (Cons. Mov. Populares/Mov. Def. do Favelado Episcopal Belém); João B. da Costa (Cons. Mov. Pop./Assoc. Def. e Orientação Cons. Contribuinte de SP); Marisete Aparecida de Souza (Cons. Mov. Populares/Fórum dos Mutirões de SP); Verônica Kroll (Cons. Mov. Pop./Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo); Rosalvo Salgueiro (Cons. Mov. Pop./Mov. Terra de Deus Terra de Todos); Silvana de Jesus Alves (Cons. Movimentos Populares/IPAC); Alex Alves Lourenço (Cons. Movimentos Populares/IPAC) e Ana Maria Carneiro Procópio (Cons. Movimentos Populares/MAC). Conselheiros (as) da Sociedade Civil: Ana Luiza Patriota A. Costa (Conselheira Soc. Civil/APEMEC); Carmen da Silva Ferreira (Conselheira Soc. Civil/APOIO); Carine Mie Saito (Cons. Soc. Civil/ CTB-SP); Paula F. Faria Rodrigues (Conselheira Soc. Civil/CUT-SP); Juliana Lemes Avanci (Cons. Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Luciana de Oliveira Royer (Cons. Soc. Civil/FAU-SP); Nelson de Oliveira Candelária (Conselheiro Soc. Civil/OAB-SP); Fabiana Alves Rodrigues (Cons. Soc. Civil/PUC-SP); Thabata Kaoru Yamauchi (Cons. Soc. Civil/SCIESP); Carolina Rafaella Ferreira (Cons. Soc. Civil/SECOVI-SP); Ana Teresa Siqueira de Carvalho (Cons. Soc. Civil/SASP); Isadora Guerreiro (Cons. Soc. Civil/USINA) e Paula Carvalho Paschoal Raulino (Cons. Soc. Civil/USINA). Ausentes os (as) Conselheiros (as): Fernando Chucre (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Alex Sandro Peixe Campos (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Mariana Brito (Conselheira Poder Público/Sec. Municipal de Gestão); Lilian Cristina de Moraes Calcagno (Cons. Poder Público/Sec. Mun. de Serv. e Obras); Ilzângela Keila de Almeida Rex (Cons. Poder Público/Sec. Mun. de Serv. e Obras); Elza Maria Lessa de Macedo (Conselheira Poder Público/SF); Luciano Teixeira (Conselheiro Poder Público/SF); Cristiane Genofre Zabatiero (Cons. Poder Público/Sec. Mun. Trab. e Empr.); Nelson Luiz Baeta Neves Filho (Conselheira Poder Público/Sec. de Habitação de SP); Fernando Arevalillo Llata (Cons. Poder Público/CDHU); Lúcia Helena Silva (Cons. Poder Público/CEF); Everaldo Manoel de Aguiar (Cons. Mov. Pop./Mov. Dos Trab. Sem Terra Leste 1); Simone de Sousa Dias (Cons. Mov. Pop./Assoc. Mor. Conj. Hab. 26 de Julho); Mônica Fátima Ziliani (Cons. Mov. Pop./Assoc. Trab. Sem Teto da Zona Oeste); José de Jesus F. Da Silva (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Trab. Sem Teto Zona Oeste); Geni da Fonseca Monteiro (Cons. Mov. Populares/Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Ivanilda Rodrigues de Sousa (Cons. Mov. Pop./Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Adriana de Freitas Siqueira (Cons. Mov. Pop./Assoc. Trab. Sem Teto Zona Noroeste); Nestor Quintos de Oliveira (Cons. Mov. Populares/Assoc. de Mor. Parque Otero); Uranide Sacramento Cruz (Cons. Mov. Pop./Assoc. Moradia do Parque Otero); Jenilda Silva Araújo (Cons. Mov. Pop./Mov. Def. Favelado Reg. Episcopal Belém); Edenilda das Neves Carneiro Sousa (Conselheira Mov. Populares/MDM);
Maria do Amparo Oliveira (Conselheira Mov. Populares/MDM); Adriana da S. Oliveira (Cons. Mov. Pop./Assoc. de Def. e Orient. ao Cons. Cont. de SP); Jéssica Freire Leite da Silva (Cons. Mov. Pop./Fórum dos Mutirões de SP); Rogevaldo R. Cesário (Cons. Mov. Pop./Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo); Vicente Leme Filho (Cons. Mov. Pop./Mov. Terra de Deus Terra de Todos); Antônio Santiago Quintana (Cons. Movimentos Populares/MAC); Marco Antônio Florenzano (Conselheiro Soc. Civil/APEMEC); Eliete Calisto da Cruz (Cons. Soc. Civil/APOIO); Paulo Emílio Buarque Ferreira (Cons. Soc. Civil/CTB-SP); Laísa Eleonora Marostica Sthoher (Cons. Soc. Civil/CUT-SP); Cristina Boggi da Silva (Cons. Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Reinaldo Martines Ruiz (Conselheiro Soc. Civil/CREA-SP); Alfredo Vieira da Cunha (Cons. Soc. Civil/CREA-SP); Marcelo Manhães de Almeida (Conselheiro Soc. Civil/OAB-SP);Rafael Borges Pereira (Cons. Soc. Civil/PEABIRU); Adelcke Rossetto Netto (Cons. Soc. Civil/PEABIRU); Celeste Maria Gama Melão (Cons. Soc. Civil/PUC-SP); Wellington Augusto Machado Sendas (Cons. Soc. Civil/SCIESP); Maurílio Ribeiro Chiaretti (Cons. Soc. Civil/SASP); Ronaldo Cury de Capua (Cons. Soc. Civil/SINDUSCON-SP) e Maristela Alves Lima Honda (Cons. Soc. Civil/SINDUSCON-SP). Justificaram as ausências os (as) senhores (as): Caio Santo Amore de Carvalho (Cons. Sociedade Civil/FAU-SP), Márcio Jeda Chéde (Cons. Soc. Civil/SECOVI-SP) e Marlene F. da Silva Miamoto (Cons. Poder Público/Sec. Mun. Urb. e Licenciamento). Presentes os convidados (as): Ana Maria Maluf Moussalli (CMH/SEHAB); Caroline Ferreira Ribal (SEHAB-G); Cristina Pimenta Nunes (COHAB); Hélio Ribeiro Duarte (COHAB); José Eduardo Vilella (COHAB), Wilson Ianelli de Souza (COHAB) e Roberto Carlos R. (MMPT). Outras quinze pessoas assinaram a lista de presença. Pauta da Reunião: 1) Aprovação da Ata da 4ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação-6ª Gestão realizada em 23/2/2017; 2) Plano de Metas da Habitação para o quadriênio 2017/2020; 3) Apresentação do Orçamento da SEHAB e da COHAB-SP para 2017e o papel dos Conselheiros do CMH em outros Conselhos pertinentes à Política Municipal de Habitação. O Sr. Gilmar dá início aos trabalhos e passa à apreciação do Item 1 da pauta. Sr. Fernando Cera – Queria fazer uma consideração em relação à presença, para constar a presença da Caixa, da minha pessoa, e para colocar aqui que o Sidney não fazia mais parte, já havia sido pedida a substituição. Já está formalizado. Sra. Ana Maria - A título de esclarecimento, mesmo que a Caixa tenha pedido a substituição, só começa a valer a participação do conselheiro no momento em que o prefeito publica o decreto com o nome do representante. Por isso não consta o nome do Fernando Cera na ata. Sra. Verônica -
Quero fazer uma correção na ata, porque está aqui Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo e aí pula para o Vicente Lemes e não aparece meu nome, representando a entidade, na listagem do Conselho, lá, embaixo. Sr. Gilmar - Irá constar agora. (É aprovada a ata da 4ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação – 6ª Gestão) Sr. Gilmar - Passamos ao Item 2 da pauta. (A Sra. Cristiane Dutra faz a apresentação do Item 2 da pauta, Plano de Metas da Habitação para o quadriênio 2017/2020). Sr. Gilmar - Esse não é o Plano de Metas já pronto. Nesse Plano de Metas, fizemos, na verdade, trinta e duas audiências em todas as prefeituras regionais, mais cinco grandes audiências nos eixos e mais uma audiência na Câmara Municipal de São Paulo. Recebemos mais de seis mil contribuições pela internet, e ainda estamos recebendo. Na verdade, é uma posição do governo que está na Câmara Municipal, que vamos trabalhar melhor. Não vamos observar só o Plano de Metas. Temos outros deveres e outras atribuições diariamente em SEHAB e COHAB. Sra. Luciana - Queria entender, na lei orçamentária, o que cabe ao município. O municipal tem o aporte para a construção de unidades, R$50.001 mil; mananciais, R$1000 mil; regularização fundiária, R$10 milhões; urbanização, R$16 milhões. Esses recursos vêm do Tesouro, Fonte 00? Eles estão alocados no Fundo Municipal de Habitação? Eles vão passar pelo Fundo ou vão direto pelo Tesouro? Como eles estão pensados aqui? Sra. Cristiane – Na sequência, vamos ter uma explanação bastante detalhada sobre isso, feita pelo Conselheiro Toledo, da Secretaria de Habitação. Sr. Rosalvo - Nesse momento, tanto na COHAB quanto na CDHU, estamos, os movimentos, correndo para preparar a documentação toda para entregar na Caixa Econômica Federal. Primeiro, era até dia 24 e o Ministério das Cidades viu por bem estender o prazo para até dia 05. Temos projetos que são licitados ou feito o chamamento, ou o nome que se queira dar; não é bem uma licitação porque não era na Lei nº 8666. Mas temos projetos que ganhamos lá. E precisamos que a prefeitura ou que a Casa da Família ou COHAB aporte naqueles empreendimentos essa parcela e o contrário também, porque temos empreendimentos que ganhamos a licitação ou chamamento aqui, pela prefeitura, e precisamos que lá a Casa Paulista nos dê um documento porque, ao entregar a documentação na Caixa Econômica Federal, temos que entregar lá o compromisso do ente público, ou do Estado ou da União, dizendo que se dispõe a colocar e que esse dinheiro está previsto no orçamento. Precisamos urgentemente dessa declaração, desse documento para compor, para instruir o processo que temos que entregar lá. Sr. Edson - A Caixa, nesse primeiro momento, dispensou a apresentação do compromisso de aporte. Então, pode ser dada a entrada sem ter o documento de compromisso de aporte nesse primeiro momento. Sr. Rosalvo - Podemos dizer lá que o município se comprometeu e que na sequência dará o documento? Sr. Edson - Sim. Sr. Rosalvo - No Item 7, da Meta 1, estamos falando aqui das PPPs. Essa PPP é no mesmo estilo, soma com o Estado, com a União, se a União for participar? Sr. Gilmar - Sim. Sra. Verônica - Quando vejo os números de valores com a questão das entidades, acho que é muito pouco para nós com o tanto de terreno que recebemos da COHAB, e a maioria está entrando na Caixa. Acredito que a maioria vai ser vencida e os valores para quatro anos, fico preocupada com esse número para nós, entidades. Não somos uma ou duas entidades. Somos várias entidades que receberam terrenos e fora os terrenos da COHAB também temos terrenos com contrato de compra e venda com proprietários firmado para serem comprados e ser adquiridos. Como vai melhorar esse valor de produção, das contrapartidas que vão entrar da Casa Paulistana? É esse valor ou é outro? Sr. Gilmar - Como nós estamos aqui com as anotações taquigráficas, vamos enviar as contribuições dadas pelos senhores e pelas senhoras para a Secretaria de Gestão, da mesma maneira que fizemos em todas as audiências públicas, e vamos fazer uso disso como uma contribuição para o Plano de Metas. Sra. Luciana - Queria entender um pouco a Meta 1, o Item 1. São onze mil unidades vinculadas a assentamentos precários e na Meta 3 temos vinte e sete mil e quinhentas famílias beneficiadas. Entendi que essas vinte e sete mil e quinhentas famílias beneficiadas não são com unidades habitacionais. É isso? As unidades habitacionais somam-se a esse número? São onze mil unidades vinculadas a assentamentos precários que são dentro das urbanizações de favelas, são aquelas listadas na sequência? Queria entender essa meta de unidades vinculadas a assentamentos precários. E queria entender também, não sei se entendi bem a pergunta da Conselheira Verônica, sobre essas quatro mil unidades. Participei desde o ano passado do Conselho e os estudos apresentados no ano passado apresentavam um número maior de unidades habitacionais que cabiam nos terrenos, objetos do chamamento. Esse número de quatro mil baixou por algum motivo? São outros estudos? Porque está esse número de quatro mil? No sentido que o Secretário Adjunto disse, talvez o Conselho possa sugerir então à Secretaria de Gestão para que sejam adotados os números dos estudos iniciais, apresentados no ano passado. O Conselho poderia eventualmente reforçar a posição da Secretaria de Habitação, que tenho certeza que quer aumentar esses números. Sr. Edson - A Secretaria de Habitação, junto com a COHAB e com a colaboração da Caixa Econômica, montamos aqui uma comissão de monitoramento, onde, nesses últimos três meses, praticamente, procuramos estruturar todos os projetos que deveriam ser apresentados agora, de empreendimentos da Caixa Econômica, fossem de FAR, fossem de FDS. Fizemos duas reuniões na semana passada, uma com as entidades, com a assessoria das entidades, para solucionar e esclarecer eventuais dúvidas que tivessem até a entrega de todos os projetos, até o próximo dia 05; fizemos isso também na questão de FAR. E comunicamos naquela reunião que nenhum empreendimento que a Caixa Econômica aprovar deixará de ser contratado sem que a COHAB e a SEHAB tenham a sua participação. Então, tudo o que a Caixa aprovar será contratado, e daremos todo o suporte necessário, seja financeiro, seja técnico. É evidente que o que recebemos, naquilo que havia de estoque de área, com projetos efetivamente estruturados, existia uma distância gigantesca. O que procuramos fazer nesses quatro meses foi trazer à realidade os projetos que estavam mais estruturados que poderiam agora alcançar o financiamento da Caixa. Vamos priorizar aqueles empreendimentos que têm a questão fundiária certa, a questão de licenciamento certo, análise da Caixa certa e vamos nos concentrar nisso. Em uma segunda etapa, vamos solucionar aqueles empreendimentos que tenham algum tipo de problema fundiário; e fomos buscar a solução disso. Complementação de desapropriação, emissão de posse, ou de licenciamento. Foi isso que fizemos até essa etapa e vamos continuar fazendo para tentar alcançar a produção do maior número possível de unidades. Sra. Cristiane - Só complementar especificamente em relação ao esclarecimento da linha de ação de provisão de unidades vinculadas aos assentamentos precários, a maior parte dessas unidades é das intervenções por obras públicas, principalmente, aquelas vinculadas às urbanizações de favelas, às obras vinculadas ao PAC Mobilidade, ao PAC Drenagem, ou às contenções de áreas de risco, que temos alguns contratos vigentes na Secretaria de Prefeituras Regionais, Secretaria de Obras, e também os da SEHAB. Então, todas essas obras que ensejam remoção de famílias para estruturação do assentamento, optamos por separar o momento de contabilização da meta. Ou seja, aquelas famílias que forem reassentadas serão contabilizadas somente na Meta de Provisão de Unidades habitacionais. Aquelas que permanecerem na área após as intervenções para consolidação da infraestrutura, complementação de rede de água, esgoto, sistema de drenagem, viários, e que puderem dessa forma avançar para que em um estágio futuro chegue a regularidade fundiária, serão contabilizadas na Meta de Urbanização de Favelas. Sr. Roberto Carlos - Estamos preocupados também com os prédios que a prefeitura comprou para Locação Social. Quando a prefeitura vai começar a reforma desses prédios? Há muitos prédios que foram comprados, prédios que foram ocupados, que têm muitas famílias dentro. Qual a programação da COHAB para começar a mexer nesses prédios? Será que a prefeitura vai reformar logo ou vai tirar as famílias de dentro desses prédios e vai colocar na rua? Sra. Ana Procópio - Nessa meta só gostaria de saber como será dividido, se pelas subprefeituras; como as famílias serão atendidas também, se pelas subprefeituras, e como vai ser anunciado isso, como será o atendimento dessas famílias. Sr. Gilmar - Nesse segundo momento do Plano de Metas, vamos apresentar as metas regionalizadas. Vamos apresentar o produto final do Plano de Metas e todos saberão as metas regionalizadas, a provisão, a regularização fundiária, a urbanização de forma regionalizada. Iremos apresentar o produto final, estamos fazendo isso. Por isso as audiências públicas nas prefeituras regionais, para depois entregar de forma muito clara e transparente como serão regionalizadas as metas. Sra. Fabiana - Dentro dessas metas, das onze mil unidades, está vinculado hoje quem está no Auxílio Aluguel, aguardando o atendimento definitivo, ou são novas remoções? Sra. Cristiane - Será apresentada uma regionalização, estamos todos trabalhando em cima dessa possível divisão por prefeitura regional. No entanto, apresentaremos um produto dentro da realidade, em que têm que ser consideradas as externalidades que podem fazer com que tenhamos alguma variação na distribuição regional proposta. Por exemplo, para a Meta de Regularização Fundiária, é um número muito grande de famílias que estamos nos colocando na meta para atingir: duzentas e dez mil famílias. E ações de regularização fundiária dependem de muitas ações que não são específicas do município. Dependem por vezes de autorizações ambientais com CETESB. Dependem muitas vezes de litígios judiciais. Então, alguma variação por região, podemos ter, de acordo com o que formos avançando mais. Da mesma forma, em relação à regionalização das unidades a serem construídas, há um planejamento do município. No entanto, existem regras novas publicadas por exemplo para produção de moradias no âmbito do Minha Casa Minha Vida, que pressupõem uma análise de projetos a partir de inserção urbana e uma série de outros critérios, que são a cargo exclusivo do Ministério classificar esses empreendimentos propostos pelo município e colocar uma ordem de prioridade para a classificação. Por isso também é considerado mais uma externalidade que pode de alguma forma alterar o planejamento do município e na medida do possível isso vai sendo sempre atualizado e apresentado no Conselho. Em relação à pergunta da Conselheira Fabiana, o foco principal da administração é atender inicialmente as famílias que estão no Auxílio Aluguel, porque há famílias que estão há seis anos, há oito anos aguardando as unidades. Por outro lado também há outros trechos em que são necessárias novas remoções. O foco do município é atender prioritariamente às famílias que estão no Auxílio Aluguel. No entanto, se forem programas habitacionais específicos de construção de unidades vinculados àquele território em que se começa a remover família agora, ele também vai ter que ser vinculado de acordo com a regra do programa. Sr. Rosalvo - As regiões têm vocações. Por exemplo, a Prefeitura Regional de Pinheiros. Claro que a Prefeitura Regional de Pinheiros, a regularização fundiária, a produção de unidades populares, não vai ser contemplada da mesma forma que outras regiões da cidade. Só para clarear porque, senão, fica parecendo que há uma injustiça com uma ou outra prefeitura regional, que às vezes está em uma área de proteção a manancial e tem mais dificuldades de ser atendida. Sr. Edson - Em nossas responsabilidades está incluída a questão da infraestrutura externa e não vamos ter nenhuma ordem de problema com relação a isso. Estamos vendo só a melhor equação com a Caixa para ver como isso se dará. Na questão dos prédios, todos sabemos que o orçamento de 2017 não disponibilizou recursos para essa área. Estamos tentando uma equação, o Secretário Fernando Chucre, para ver de que maneira iremos buscar recursos para fazer todos esse processo do retrofit dos prédios que foram desapropriados. Mas, como o orçamento de 2017 não dispôs praticamente nada de recurso para isso, estamos dependendo muito mais dessa articulação que estamos iniciando agora. Sr. Gilmar - Passamos ao Item 3 da pauta. (O Sr. José Toledo faz a apresentação do Item 3 da pauta, Apresentação do Orçamento da SEHAB e da COHAB-SP para 2017). Sra. Fabiana - Esses valores do FMSAI já batem? Porque esses dias passaram uma apresentação com o orçamento. Sr. Toledo - O valor do FMSAI é exatamente esse valor. Não existiu nenhuma variação em relação a esse valor. O valor do FUNDURB, em função da queda da possibilidade da arrecadação com as outorgas, foi reduzido para R$113 milhões. Onde lemos ali R$139 milhões, ele foi reduzido para R$113 milhões. Sr. Gilmar - Essa discussão se deu na Câmara Municipal. Essa é a previsão de investimentos para 2017. Quando os senhores veem lá o valor de R$1.212 bilhão, isso não é a realidade de fato que temos. Essa é uma previsão orçamentária para 2017. Sra. Luciana - Se naquela tabela que eu havia perguntado inicialmente é a Lei Orçamentária, não estaria o Fundo Municipal de Habitação, porque o Fundo não entra na Lei Orçamentária, certo? Sr. Toledo - O Fundo Municipal de Habitação está no orçamento da COHAB. Sra. Luciana - Então, além desse orçamento aqui, temos mais o orçamento do Fundo Municipal, que é de quanto? E ele está alocado em quais desses empreendimentos ou não está alocado? Ele está alocado totalmente no orçamento da COHAB? Sr. Toledo - Isso. Sra. Luciana - Gostaria, se fosse possível, que conseguíssemos apartar, porque o orçamento da COHAB, a COHAB empresa é uma coisa; o Fundo Municipal, a COHAB é agente operador desse Fundo. Então, ela opera o Fundo Municipal, mas não é um orçamento dela a princípio. É um orçamento do Fundo Municipal que pertence à política habitacional e que ela opera. E aí fica difícil de entendermos onde estão esses recursos. Sr. Toledo -Já foi apresentado dessa forma na primeira reunião do Conselho, apartado, o que é investimento direto COHAB, o que é custeio COHAB e o que é Fundo. Sra. Verônica - Aqui está aquisição de terrenos COHAB: Bandeira 31, Rio Branco 1, Comandante Taylor, Rio Branco 3. Isso é terreno ou é prédio? Se for prédio, é Locação Social? Sra. Cristina - O Praça da Bandeira 31 é Locação Social; ele foi aprovado aqui, pelo Conselho. É um prédio para desapropriação para Locação Social. Forte do Rio Branco 1 e Forte do Rio Branco 3 são terrenos para o Minha Casa Minha Vida – Entidades, estão no FDS. E o Comandante Taylor, que é da Petrobrás, que ainda não está

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br
sábado, 1 de julho de 2017 às 02:28:29.